

Lex

MAFALDA BARRETO MANAGING PARTNER GÓMEZ-ACEBO & POMBO EM PORTUGAL

Conjuntura incerta já fez “diversas operações ficarem pelo caminho”

Especialista na área de M&A, Mafalda Barreto, líder no nosso país da firma de advocacia GA_P, fala ao Negócios sobre a conjuntura adversa e da incerteza que afeta os investidores.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

A pesar de a recuperação da pandemia ter sido muito acelerada, 2022 tem-se mostrado mais incerto para as empresas e, por tal razão, “diversas operações” de investimento já ficaram pelo caminho, sustenta em entrevista ao Negócios Mafalda Barreto, líder, há cinco anos, da sociedade ibérica Gómez-Acebo & Pombo em Portugal.

Que significado atribui ao facto de a firma ibérica Gómez-Acebo & Pombo (GA_P) estar hoje sob liderança portuguesa? A nomeação de um advogado português para dirigir o escritório de Lisboa foi, antes de mais, o reconhecimento da maturidade do projeto português, do sucesso da integração ibérica do escritório e da capacidade de alinhamento de Lisboa com os valores pessoais e técnicos que definem a GA_P.

Os objetivos que traçou para o seu mandato foram de algum modo afetados pela crise dos últimos anos?

No que respeita ao funcionamento ibérico, a crise não veio alterar planos. Apenas nos obrigou a redefinir a forma de trabalharmos em equipa e substituir o contacto pessoal pelo contacto virtual. Temos vindo a cumprir todos os anos os nossos objetivos de crescimento e, mais importante, o nosso desígnio de proporcionarmos aos clientes soluções jurídicas de excelência e uma relação de proximidade.

Em que vertentes está hoje a ser necessário o apoio jurídico às empresas, quando às consequências da pandemia se juntou uma guerra na Europa?

Apesar de a recuperação da pandemia ter sido muito acelerada, 2022 tem-se mostrado mais incerto. Temos muitos fatores negativos que criam incertezas incompatíveis com planos de investimento e temos, agora, um agravar de tensão pré-contenciosa e contenciosa.

Que fatores estão a criar incerteza aos investidores e com que consequências?

Este ano vimos diversas operações a ficarem pelo caminho, motivadas pela incerteza, nomeadamente quanto aos custos de produção e subida da fatura energética. A escalada dos preços e a disrupção nas cadeias de consumo, para referir alguns, são fatores que impactam desigualmente as empresas e não têm a virtuosidade de gerar uma solidariedade coletiva.

Conhece bem os dois mercados ibéricos. Na ótica das empresas vossas clientes, as medidas de apoio adotadas foram as necessárias?

Em geral, creio que temos de estar satisfeitos com as medidas implementadas e a capacidade de adaptação rápida de todos, cidadãos, empresas e Governo. Pode-se apontar uma certa fúria legislativa ou um excesso burocrático em muitos dos apoios.

Houve capacidade de resposta na área da Justiça mais vocacionada para as empresas?

Nesse âmbito, agravou-se aquilo que em Portugal é um problema crónico: a morosidade da justiça. É inexplicável, e não é compaginável com um país que se quer afirmar como destino de investimento, que os casos se arrastem nos tribunais décadas até serem resolvidos.

Pode considerar-se um dos maiores problemas para as empresas?

Uma justiça lenta não é justiça e beneficia os incumpridores. O mesmo se passa no setor das insolvências, em que há necessidade de reeducar os empresários.

Reeducar em que sentido?

Temos de deixar cair o estigma associado à insolvência e passar a vê-la como uma arma de proteção de valor, de proteção dos administradores e que pode permitir dar uma segunda oportunidade às empresas.

Oportunidade que não é aproveitada.

Recorrer aos mecanismos de insolvência/proteção de credores antecipadamente, em conjunto com uma agilização dos processos judiciais, permitiria recuperar muitas empresas que acabam em liquidação por se apresentarem à insolvência quando já estão de facto insolventes há muitos anos. Aí creio que temos ainda muito a aprender com o que se faz fora de Portugal. ■



É inexplicável, num país que se quer afirmar como destino de investimento, que os casos se arrastem nos tribunais.





D.R.

OE mostra “maior preocupação” com empresas

A proposta de Orçamento do Estado (OE), que vai entrar em fase de apreciação no Parlamento, é vista como “amiga” das empresas. Concorda?

Não diria “amiga” das empresas, mas, em comparação com Orçamentos anteriores, é evidente uma maior preocupação com reivindicações de há muitos anos.

Refere-se a quê?

Por exemplo, o fim do período máximo de reporte de prejuízos – medida tecnicamente inatacável, e que existe já em vários países – e a redução ligeira da tributação autónoma – uma excentricidade fiscal típica de Portugal – em alguns consumos.

Ainda a pensar nas empresas, o que é que deveria estar e não está na proposta de Orçamento para o próximo ano?

A área relativa aos grupos fiscais de empresas – a forma como as maiores sociedades portuguesas se encontram fiscalmente organizadas – continua com pouca atenção dedicada, mantendo-se dúvidas quanto à sua aplicação e motivando um pesado contencioso nos tribunais. É algo que não se compreende pois são os grupos fiscais que suportam grande parte da coleta do IRC. Igualmente o travão [de 2%] nas rendas, aplicado de forma cega, gerará certamente situações de enorme iniquidade.

Para a advocacia mais vocacionada para o apoio às empresas, como é o caso da GA_P, quais serão os principais desafios em 2023?

Perceber como o negócio do cliente evolui e é afetado pela conjuntura. Perceber quais são os movimentos a nível internacional e as tendências que se estão a desenvolver. Termos a capacidade de nos anteciparmos e adaptarmos à conjuntura mantendo o compromisso com o cliente, a capacidade de nos tornarmos parte da sua equipa, apoiando e procurando soluções inovadoras. Manter as equipas motivadas e corresponder às expectativas dos diversos coletivos internos.

Está a falar de um combinação alargada de fatores...

A combinação destes fatores – e um pouco de sorte, que sempre é necessária, para assegurar que a crise que se avizinha não se torne a tempestade perfeita – é essencial para afrontar a situação atual. ■



O travão nas rendas, aplicado de forma cega, gerará certamente situações de enorme iniquidade.